

#### Informações do artigo

Recebido em: 04/01/2019

Aprovado em: 06/05/2019

#### Palavras-chave:

Políticas Públicas. Ensino. Educação a distância.

#### Keywords:

Policies. Education. Online Education.

#### Autores

\*Especialista em Gestão Pública pela Universidade do Estado do Ceará (UECE); Graduada em Tecnologia de Alimentos pela Faculdade de Tecnologia (FATEC).  
cardosop.jessica@gmail.com

\*\*Doutoranda em Administração pela Universidade Potiguar (UNP); Mestre em Administração pela Universidade Estadual do Ceará (UECE); Especialista em Gestão Estratégica de Pessoas e Liderança Organizacional, pela Faculdade Vale do Jaguaribe (FVJ); e graduada em Administração pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). Professora da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA).

\*\*\*Doutorando em Administração pela Universidade Potiguar (UNP); Mestre em Administração pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Mestre em Ambiente, Tecnologia e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA); Especialista em Gestão Empresarial pela Universidade Potiguar (UNP); Graduado em Administração pela Universidade Potiguar (UNP). Professor de Administração no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) - Campus Jaguaruana.

\*\*\*\*Doutorando em Administração e Mestre em Administração pela Universidade Potiguar (UNP), graduado em administração pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA).

\*\*\*\*\*Doutor em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (URFN); Coordenador do Doutorado e mestrado acadêmico em administração da Universidade Potiguar (UNP).  
walidbranco@gmail.com

#### Como citar este artigo:

PINHO, Jéssica Cardoso et al. O processo de democratização do ensino lato sensu a distância à luz da percepção de alunos de um curso de pós-graduação da Universidade Aberta do Brasil no Ceará. **Competência**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, jul. 2019.

## O processo de democratização do ensino lato sensu a distância à luz da percepção de alunos de um curso de pós-graduação da Universidade Aberta do Brasil no Ceará

The democratization process of graduate online teaching in the light of the perception of students in a graduate course of the Open University of Brazil in Ceará

Jéssica Cardoso Pinho\* Juliana Carvalho de Sousa\*\* Arthur William Pereira da Silva\*\*\*  
Pablo Marlon Medeiros da Silva\*\*\*\* Walid Abbas El-Aoual\*\*\*\*\*

### Resumo

A presente pesquisa teve como objetivo avaliar o processo de democratização do ensino *lato sensu* por meio do programa Universidade Aberta do Brasil (UAB) da Universidade Estadual do Ceará, à luz da percepção de alunos de um curso de pós-graduação. O estudo possui abordagem qualitativa e natureza descritiva, aplicando-se uma entrevista semiestruturada a seis entrevistados de um total de 30 concludentes no ano de 2018 da turma de Gestão Pública do polo de Mauriti-CE, sendo os dados submetidos à Análise de Conteúdo baseada em Bardin (2011). Os resultados apontaram para o processo de democratização, revelando fatores positivos como autonomia, comodidade e flexibilidade do processo de aprendizado, que garante a todos o direito de estudarem onde, quando e como quiserem, garantindo a universalização da aprendizagem. Constatou-se também desafios, como as dificuldades de alguns respondentes para tirar dúvidas e a lentidão para absorver conteúdos, quando comparado aos cursos presenciais. O trabalho contribuiu para a afirmação do programa UAB-UECE como política pública de ampliação do ensino superior, *lato sensu*, gratuito e proporcionou uma avaliação positiva do curso de Gestão Pública na modalidade a distância.

### Abstract

The present study aimed at evaluating the process of democratization of graduate education through the Open University of Brazil (UAB) program of the State University of Ceará, in the light of students' perception of a graduate course. The study has a qualitative approach and descriptive nature; a semi-structured interview was conducted with six interviewees from a group of 30 students concluding in the year 2018 the Public Management class in the Mauriti-CE polo, and the data was submitted to Content Analysis based on Bardin (2011). The results pointed to the process of democratization, revealing positive factors such as autonomy, comfort and flexibility in the learning process, which guarantee to everyone the right to study where, when and how they want, ensuring the universalization of learning. There were also challenges, such as the difficulties of some respondents to ask questions and the slowness to absorb content, when compared to face-to-face courses. The work contributed to the affirmation of the UAB-UECE program as a public policy for the expansion of free graduate studies, and provided a positive evaluation of the Public Management course in the online format.

## 1 INTRODUÇÃO

Muitos pensadores e pesquisadores compartilham a ideia de que o melhor caminho para o desenvolvimento sustentável de uma nação ocorre por meio da educação que é dada aos seus cidadãos (COELHO *et al.*, 2018a; COELHO *et al.*, 2018b; CASTRO *et al.*, 2018; NASCIMENTO; ANDRADE, 2018; VASCONCELOS; CASTRO; BRITO, 2018; SILVA *et al.*, 2017; SANTOS *et al.*, 2017; SOUSA FILHO *et al.*, 2015; MESQUITA *et al.*, 2014; DANIS; SOLAR, 2001), já que se trata da maneira eficaz de capacitar e desenvolver habilidades mentais, técnicas e sociais entre eles, além de promover sua socialização, bem como facilitar sua inserção no mercado de trabalho.

O processo de universalização do ensino superior no Brasil vem evoluindo significativamente nos últimos anos, por meio do estudo e da execução de políticas públicas que objetivam a ampliação de vagas no setor público com o intuito de inserir pessoas de baixa renda e residentes do interior dos estados brasileiros nos níveis mais elevados e elitizados de ensino do país. Esse crescimento é decorrente da necessidade de evolução dos países em desenvolvimento perante a globalização e da busca pela minimização das desigualdades sociais enfrentadas atualmente no cenário capitalista. Entre as políticas públicas voltadas para o crescimento de vagas nas universidades estão o Programa Universidade para Todos (PROUNI), Programa de Financiamento Estudantil (FIES), a ampliação da modalidade de educação à distância (EAD) e o uso das cotas (BARROS, 2015).

Segundo Maia e Vidal (2017), no que diz respeito à educação a nível de pós-graduação, percebe-se uma modalidade de caráter ainda mais restritivo, quanto à disponibilidade de cursos gratuitos oferecidos pela rede pública de ensino. Com isso, instituições que ofertam esse tipo de curso acabam sobressaindo-se de forma pioneira no processo de democratização.

Na atualidade, presencia-se ainda o uso de novas tecnologias, as quais expandem os meios de informação e comunicação, contribuindo para inovações que possibilitem a ampliação das formas de ensino. Como exemplo, tem-se a Educação a Distância (EAD), modalidade de ensino que utiliza tecnologias digitais para proporcionar capacitação profissional fora dos grandes centros, nos quais, geralmente, costumava-se concentrar grande parte dos cursos de pós-graduação *lato sensu* do país, como afirmam (MAIA; VIDAL, 2017). Essa ampliação do acesso educacional vem sendo utilizada para suprir deficiências do nosso Estado Herdado, como por exemplo: o preconceito, a centralização do poder aquisitivo e o nepotismo. Mazelas que contribuíram para a formação das desigualdades sociais presenciadas atualmente (SANTOS, 2014).

Um dos programas de governo voltado para essa maximização do ensino foi denominado de Universidade Aberta do Brasil (UAB), o qual se utiliza da Educação a Distância (EAD) para formação universitária de pessoas com dificuldades de acesso, por meio de um sistema integrado por universidades públicas, segundo o Ministério da Educação (BRASIL, 2015).

Nesse sentido, sabe-se que o acesso ao conhecimento quebra barreiras, gera oportunidades e minimiza as disparidades sociais, colocando indivíduos de classes diferentes em um mesmo patamar de capacitação. Para Barreiro e Terribili Filho (2007), um dos requisitos necessários para a inserção no mundo competitivo atual é o domínio e a produção do conhecimento, que passam a ser um bem.

Em face do exposto, a questão que norteia este artigo é: como se dá o processo de democratização do ensino *lato sensu* por meio do programa UAB da Universidade Estadual do Ceará à luz da percepção de alunos de um curso de pós-graduação? Portanto, o objetivo deste estudo é avaliar o processo de democratização do ensino *lato sensu* por meio do programa UAB da Universidade Estadual do Ceará à luz da percepção de alunos de um curso de pós-graduação.

A importância deste estudo está na constante necessidade de avaliação de políticas públicas, em especial as que dizem respeito à educação, pois sabe-se da problemática que existe no país quanto ao atendimento de qualidade dessa demanda social. Embora na sociedade brasileira o ensino público, gratuito, a nível superior, tenha crescido de forma significativa – em decorrência de programas de ampliação de vagas executados nos últimos anos – tornam-se cada vez mais necessários estudos que afirmem se esse crescimento está sendo distribuído de forma igualitária. O que abre caminho para o debate da inclusão, bem como a discussão sobre a ampliação de mais projetos desenvolvidos no sentido de minimizar a desigualdade social no país.

A literatura ressalta o sistema de educação a distância como um meio de aproximação do conhecimento a pessoas com difícil acesso aos cursos presenciais de ensino, garantindo com isso a mesma oportunidade de capacitação para indivíduos de localidades diversas. A partir disso, surgem questionamentos nesse sentido: qual o nível de acessibilidade que esse sistema tem promovido na sociedade? E qual o perfil bem como os efeitos do curso na percepção dos estudantes que procuram essa ferramenta como forma de aprendizagem? Para responder essas perguntas, faz-se necessário um estudo envolvendo os próprios participantes dos cursos de EAD.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 DESIGUALDADE SOCIAL E A DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

A evolução industrial, econômica e social do Brasil foi marcada por uma certa exclusão de parte dos indivíduos, devido a divisão social instalada pelo capitalismo e em consequência da globalização mundial. Alguns costumes do Brasil colônia que ainda insistem em prevalecer na nossa sociedade, como a concentração de renda e poder com as minorias em detrimento da grande massa trabalhadora, acarretam na tamanha desigualdade social instalada no país, conforme explica Santos (2014):

“ Quando nos referimos à exclusão no contexto da dinâmica social do mundo capitalista contemporâneo, estamos nos referindo precisamente às barreiras impostas a alguns indivíduos, num determinado país, no seu caminho de acesso a benefícios garantidos pelo Estado, ou mesmo que podem ser adquiridos através do mercado (SANTOS, 2014, p. 21).

No Brasil, como expressa Sales (1994), se perpetuou a cultura política da dívida, na qual o homem era sujeito das “mesquinhas” de dívidas dos grandes senhores, sobrevivendo desde o período colonial, perpassando pela abolição da escravatura ao coronelismo e seguindo-se com a política do mando e da subserviência aos patrões. Aspectos formadores da cidadania concedida em bases desiguais. Essa exclusão acarreta no aumento da pobreza e consequentemente na divisão de classes com diferentes padrões de qualidade de vida, cabendo aos governantes o dever de minimizar essas disparidades com a elaboração de políticas voltadas à inclusão e garantia de direitos (SANTOS, 2014).

No âmbito do acesso à educação, é importante resgatar que esse já era considerado um direito desde o período imperial brasileiro, por meio da primeira Constituição outorgada por D. Pedro I, na qual se garantia a educação primária aos cidadãos. No entanto, esse acesso era restrito, visto que nessa época os negros e os escravos alforriados não eram considerados cidadãos (TEIXEIRA, 2008).

Em meados da década de 30, a intervenção do Estado surgiu como medida necessária para mitigar os riscos sociais gerados pelo capitalismo, a exemplo do *Welfare State* - Estado de Bem-Estar Social, originado após a crise de 1929 nos Estados Unidos para garantir à sociedade um modelo assistencialista de governo (COELHO, 2014). Assim, “o Estado de bem-estar social sucede o Estado liberal, intervindo por meio de políticas públicas no mercado a fim de assegurar aos seus cidadãos um patamar mínimo de igualdade social e um padrão mínimo de bem-estar” (COELHO, 2014, p. 86).

No Brasil, o Estado de bem-estar social acontecia ao mesmo tempo do desenvolvimento proposto por Getúlio Vargas (1930) e passou a ser chamado de Estado Desenvolvimentista, momento em que o governo passou a ser interventor social, garantindo o mínimo de proteção aos indivíduos, modificando um cenário de total abertura de mercado, o qual massacrava as camadas mais pobres, em um sistema inovador de concessão de benefícios, inovações legislativas e implantação de políticas sociais (COELHO, 2014).

O texto constitucional de 1934, da era Vargas, foi um marco para a evolução da concessão de direitos aos brasileiros, trazendo uma constituição mais democrática e prestacionista. No que diz respeito à educação, a mesma já foi tida como direito de todos, ainda que de forma mitigada na prática (BRASIL, 1934). Após esse período, em meados de 1960, surge no país um dos primeiros indícios de dever estatal sobre o tema: o Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAF em 1967 (COELHO, 2014, p. 96).

Com a chegada da Constituição de 1988 – Constituição Cidadã – o Brasil afirmou ser um estado democrático de direito garantindo obrigações de prestação de serviços à sociedade e a promoção de vários direitos aos cidadãos. Neles, estão inclusos os direitos sociais, dentre os quais se destaca à Educação:

“ Art.205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, p.34).

A educação passou a ser de fato dever do estado e um direito de todos os brasileiros sem distinção e tendo a partir daí a sociedade como colaboradora nesse sentido. Para Teixeira (2008, p.1), “a educação corresponde importante papel na promoção da justiça social, mobilidade social e diminuição das desigualdades”.

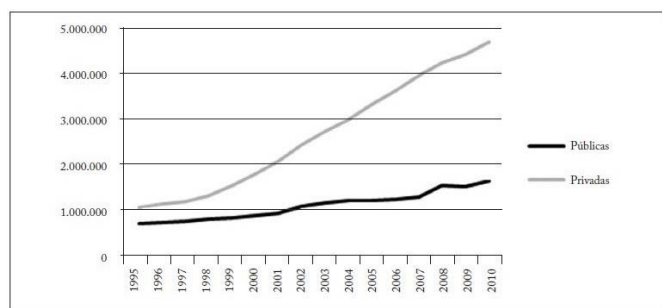
#### 2.1.1 Evolução do ensino superior no Brasil

No tocante à educação de nível superior no Brasil, verifica-se um atraso na sua implementação. Enquanto que a maioria dos países da América ingressavam nesse patamar em meados do século XVI, no Brasil, a primeira universidade é fundada apenas no século XX (CUNHA, 1980).

No entanto, o Brasil tem passado por um processo de expansão gradativa nas últimas décadas no que diz respeito às vagas nesse nível superior. Com base nos dados das matrículas em universidades entre os anos de 1995 a 2010, o crescimento é da ordem de 262,52%, tendo elevado o número de 1.759.703 para 6.379.299 estudantes matriculados nesse nível de ensino. Desses 262,52%, a percentagem

de matrículas na rede pública foi de 134,58%, conforme estudo de Mancebo *et al.* 2015 e a sua representação gráfica abaixo:

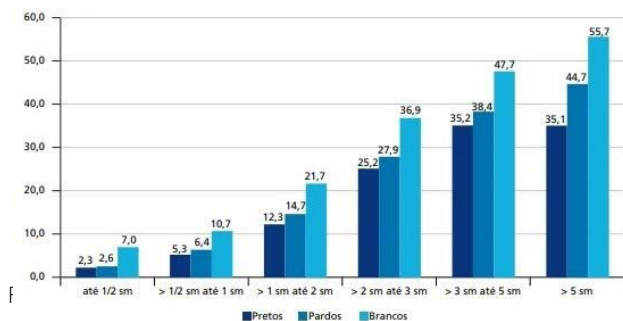
**Gráfico 1:** Evolução das matrículas dos cursos de graduação presenciais e a distância no Brasil, por organização acadêmica (1995-2010)



Conforme a ilustração demonstra, essa maior expansão no ensino privado deve-se muito aos inúmeros subsídios promovidos pelo estado a essas instituições por meio da facilidade de acesso em forma de isenção de impostos, por meio de programas como o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e oferta de bolsas pelo Programa Universidade para Todos (PROUNI) (MANCEBO; VALE; MARTINS, 2015).

Esse modelo privatista de expansão do ensino superior não é suficiente para abarcar a demanda proveniente do nível médio, sendo ainda restrita e contribuindo para a exclusão dos mais pobres e afrodescendentes, pois quando comparado a dimensão desses dois grupos entre instituições públicas e privadas, estes estão mais inseridos nas primeiras (IPEA, 2014). Uma visão geral do acesso desses dois grupos nessa categoria de ensino é apresentada no seguinte gráfico elaborado pelo IPEA (2014), a partir dos dados do censo IBGE (2010):

**Gráfico 2:** Taxa de frequência líquida na educação, segundo a cor/etnia e faixa de renda (2010) (Em %).



Ainda conforme Mancebo *et al.* (2015), o crescimento no âmbito

público foi fruto de uma ampliação da rede federal de nível superior, por meio do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais-REUNI, lançado no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva:

O REUNI, criado pelo decreto presidencial n. 6.096, de 24 de abril de 2007, apresenta os seguintes objetivos: aumentar o número de estudantes de graduação nas universidades federais e de estudantes por professor em cada sala de aula da graduação (relação de dezoito alunos de graduação por professor em cursos presenciais); diversificar as modalidades dos cursos de graduação, por meio da flexibilização dos currículos, do uso do EaD, da criação dos cursos de curta duração, dos ciclos (básico e profissional) e/ou bacharelados interdisciplinares; incentivar a criação de um novo sistema de títulos; elevar a taxa de conclusão dos cursos de graduação para 90% e estimular a mobilidade estudantil entre as instituições de ensino (públicas e/ou privadas). (MANCEBO; VALE; MARTINS, 2015).

É importante ressaltar ainda que mesmo em meio ao avanço e o aumento da demanda de discentes no ensino superior e a criação do REUNI, docentes da rede pública tiveram de realizar movimentos grevistas reivindicando infraestrutura de qualidade nas universidades e melhorias para os professores, bem como seu aumento de quadro para acompanhar tal crescimento, o que não vinha sendo realizado (MANCEBO; VALE; MARTINS, 2015).

Por conseguinte, cabe mencionar outro programa de grande expansão durante o governo Lula na concessão de bolsas parciais e integrais em universidades privadas, que contribuiu para o aumento de vagas daqueles desprovidos de recursos para ingressar em uma faculdade: o Programa Universidade para Todos (PROUNI).

O Programa Universidade para Todos possui a finalidade de conceder bolsas de estudo em universidades privadas de maneira integral ou parcial em cursos de graduação e formação continuada. “Criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005, oferece, em contrapartida, isenção de alguns tributos àquelas instituições de ensino que aderem ao Programa” (BRASIL, 2018).

A partir da implantação do programa, aumentou-se gradativamente o número de bolsas oferecidas com o passar dos anos nas instituições privadas do país. “Sendo contemplados desde sua criação até o processo seletivo do primeiro semestre de 2010, 704 mil estudantes, sendo 70% com bolsas integrais (BRASIL, 2018).

## 2.2 O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA FORNECIDO PELA UECE

Outro meio utilizado para ampliação de vagas, bem como facilitar o acesso às universidades no setor público, diz respeito ao crescimento da EAD no Brasil, modalidade de ensino a distância, com o objetivo de expandir o ensino para localidades de difícil acesso a cursos presenciais. A partir da regulamentação do decreto Nº 2.494/98, a Educação a Distância foi definida como “forma de ensino que possibilita a autoaprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação” (BRASIL, 1998 p.1).

Essa ferramenta possui a vantagem de atender a diversas pessoas ao mesmo tempo, levando tecnologia e informação a lugares com maior dificuldade de acesso e trabalha com a interação dos indivíduos envolvidos, favorecendo assim a relação de ensino aprendido entre estudantes de diferentes localidades (MAIA; VIDAL, 2017).

Diante de tais benefícios, a Universidade Estadual do Ceará - UECE vislumbrou a oportunidade de ofertar cursos nessa nova modalidade, com o objetivo de alcançar o interior do estado. E foi uma das pioneiras, participando do primeiro processo seletivo da UAB promovido pelo Ministério da Educação, dando início à oferta de vários cursos, conforme apresentado no estudo de Maia e Vidal em 2017:

“ A proposta da UAB/UECE, no que tange a oferta de cursos de graduação na modalidade de educação a distância, busca incorporar o uso das novas tecnologias e o crescente grau de interatividade que tem permitido alterar as relações de tempo de espaço, caminhando para uma convergência entre o real e o virtual (MAIA; VIDAL, 2017, p. 4).

A Universidade Aberta do Brasil - UAB foi criada com a finalidade de ampliar as vagas no ensino público de nível superior, facilitando o acesso em difíceis localidades por meio da ferramenta à distância - EAD. Dentre as propostas dessa política pública encontram-se: atravessar barreiras, levar capacitação gratuita e desenvolvimento tecnológico para as pequenas localidades e garantir a universalização do ensino superior (BRASIL, 2015). Assim,

“ O Sistema UAB propicia a articulação, a interação e a efetivação de iniciativas que estimulam a parceria dos três níveis governamentais (federal, estadual e municipal) com as universidades públicas e demais organizações interessadas, enquanto viabiliza mecanismos alternativos para o fomento, a implantação e a execução de cursos de graduação e pós-graduação de forma consorciada (BRASIL, 2015).

O governo federal é o responsável pelo repasse dos recursos às IES públicas de nível federal e estadual, enquanto que os estados e municípios ficam responsáveis pela coordenação dos polos de apoio presencial. Os cursos são direcionados para ampliação das vagas de licenciaturas, contribuindo na formação de novos professores e também na formação de servidores públicos (BARROS, 2016).

Os cursos de pós-graduação a distância são coordenados por meio dos polos de apoio instalados em cidades do interior do estado, os quais possibilitam uma maior expansão dos cursos *lato sensu*, garantindo mais facilidade de acesso aos interessados (BRASIL, 2015).

As especializações são disponibilizadas gratuitamente por meio de edital de seleção, que consta da análise de currículo dos candidatos e aprovação em prova on-line sobre assunto relacionado à temática do curso pretendido (MAIA; VIDAL, 2017).

## 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa em questão é do tipo descritiva, pois, conforme Gil (2008), visou identificar se o curso na modalidade EAD está de fato contribuindo para o acesso da população ao nível da pós-graduação, bem como descrever as percepções desse público atendido pela instituição pesquisada sobre o curso e suas perspectivas ao concluí-lo. Caracteriza, também, como de abordagem qualitativa, baseada em análise de entrevista de campo. De acordo com Mesquita *et al.* (2014) e Minayo (2008) a pesquisa qualitativa busca avaliar os motivos de comportamento e fenômeno, em seu ambiente natural ou contexto social, aspectos esses que não podem ser quantificados.

O estudo foi realizado com os concludentes do ano de 2018 do curso de especialização em Gestão Pública da Universidade Estadual do Ceará, polo de Mauriti, no qual totaliza um quantitativo de 30 alunos, sendo seis o número de entrevistados utilizados na pesquisa, a partir da técnica de saturação de discurso, o qual foi suficiente para obtenção dos resultados.

O instrumento utilizado para a coleta dos dados foi um roteiro de entrevista pré-elaborado, que teve por objetivo o conhecimento de percepções e situações vivenciadas sobre o assunto norteador da pesquisa. Tal roteiro foi composto por 16 perguntas subjetivas relevantes ao estudo e teve como foco identificar a democratização do ensino *lato sensu* na modalidade EAD, a partir da análise de conteúdo acerca das dificuldades, desafios e conhecimentos



obtidos pelos estudantes.

A coleta de dados ocorreu durante o mês de setembro/2018, quando as entrevistas foram aplicadas via *whatsapp*, ou seja, as perguntas foram enviadas por escrito e as respostas foram gravadas por meio de áudios, sendo posteriormente transcritas todas as respostas dos estudantes. Destaca-se que a escolha dos participantes se deu por acessibilidade e disponibilidade de aceite para participação. Para resguardar a identidade dos entrevistados, foram-lhes dados nomes fictícios, chamando-os de E1, E2, E3, E4, E5 e E6, e a tutora do curso de T1. Vale ressaltar que o número de entrevistados justifica-se pela saturação dos dados.

Após a coleta dos dados foi realizada uma leitura aprofundada de todas as respostas obtidas, com a finalidade de ordenar e organizar as informações por meio da análise de conteúdo, com fundamento em Bardin (2011). A metodologia da análise de conteúdo pode ser aplicada em diversos discursos e em todas as formas de comunicação, tendo o pesquisador que explorar as mensagens fazendo a inferência e a interpretação do discurso, do qual não pode ser retirado nenhum fragmento, devendo ser transcritas as falas, tal qual foram obtidas (BARDIN, 2011).

A análise foi traçada de forma descritiva, procedendo-se à categorização dos dados seguindo de análise qualitativa. Foram avaliadas e pontuadas as categorias da entrevista. Para apresentação dos resultados foram gerados tópicos, visando melhor apresentar a análise dos resultados e debatendo com a apresentação de embasamento teórico condizente.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A população escolhida para a realização deste estudo foi constituída por homens e mulheres, alunos do curso de especialização em Gestão Pública da Universidade Estadual do Ceará - UECE, do polo de Mauriti, onde dessa foi retirada uma amostra de 06 entrevistados, residentes em cidades diversas. Os resultados serão apresentados por tópicos gerados por meio das perguntas contidas no questionário, para melhor avaliar as respostas.

### 4.1 PERFIL DOS ENTREVISTADOS

A idade dos pesquisados esteve entre 24 e 29 anos. Os seis entrevistados possuem nível superior completo em diversas áreas de atuação, quais sejam: E1: Administração Pública e Análise e Desenvolvimento de Sistemas, E2: Economia, E3: formada em Economia e cursando Direito, E4: Ciências Contábeis, E5:

Fisioterapia e E6: Enfermagem. Isso demonstrou a abrangência de áreas que o curso de Gestão Pública pode abarcar, pois todas elas são imprescindíveis para o serviço público.

### 4.2 ESCOLHA DO CURSO

Nessa segunda dimensão, os entrevistados foram questionados sobre o motivo da escolha de um curso a distância e diante das respostas, de modo geral, pôde-se perceber que os alunos possuem uma qualidade de vida mais intensa por causa de outras atividades diárias, como o trabalho, tornando o tempo cada vez mais escasso. Segundo eles, a modalidade EAD apresenta uma alternativa de administrar seus próprios horários de estudo, facilitando na formação nesse sentido. Segundo E2, o curso foi escolhido pela comodidade e facilidade do ensino, já que tem outros compromissos, assim como E3, que cursa outra graduação e optou pela modalidade a distância pelo seu tempo disponível ser durante os finais de semana. E6 também repete a questão da flexibilidade de horários permitida pela EAD.

“E2: Pela comodidade e facilidade do ensino, dado que tenho outros compromissos com a universidade.

E3: Bom, eu escolhi o curso na modalidade a distância, porque eu to fazendo outra faculdade, é... durante a noite e eu... assim... eu não teria tempo de tá fazendo um curso que demandasse um maior... é... uma maior disponibilidade, assim é... no moodle e nos finais de semana é o que dava certo pra mim.

E6: Eu escolhi o curso na modalidade a distância porque eu trabalho, estudo, então essa modalidade permitiria que eu tivesse mais tempo e mais flexibilidade nos meus horários.

Segundo Maia e Vidal (2017), o modelo de aprendizagem adotado pela UECE é o andragógico, no qual propõem uma educação centrada no aprendiz e para todas as idades. Para Almeida (2009), esse modelo de ensino favorece o autodidatismo, ampliando a capacidade do estudante de se policiar e formar seu próprio ritmo de estudo, determinando o tempo e o espaço que mais se adequa as suas necessidades. Sendo essa flexibilidade a maior proposta da educação a distância. Assim, pelas respostas dos estudantes, percebemos que nesse aspecto o curso atende as expectativas.

Ainda nesse quesito, eles foram questionados como é a experiência de um curso a distância, e pôde-se perceber, com base nas respostas dadas, que a modalidade EAD ainda é uma novidade e surpresa para muitos e que a capacitação do curso não deixa a desejar em relação a uma formação presencial, apresentando-se como uma alternativa cada vez mais frequente e satisfatória. Conforme afirmou E3, o curso não foi tão fácil quanto imaginava, pois

ofereceu uma demanda de estudos superior as suas expectativas. Já E4 relatou que era o primeiro curso que fazia nessa modalidade e que achou muito interessante. E5 ressaltou que o curso é semelhante a um presencial, sendo a única diferença a realização das atividades em ambiente virtual.

“E3: Bom, eu achei que... ia ser mais fácil (risos), a modalidade a distância, mas realmente assim, demandou muito, muito mais tempo, muito mais estudos do que o que eu imaginava, assim me surpreendeu. É... porque eu pensei que seria mais fácil. Mas foi bem complicado.

E4: Eu achei bastante interessante, apesar de ser o primeiro curso a distância a ter feito, mas que pra mim foi uma ótima escolha.

E5: A experiência de um curso a distância, eu acho semelhante ao do curso presencial, a única diferença é que... que temos que realizar as coisas virtualmente e eu achei que eu aprendi tanto como se fosse uma 'a dis...; uma presencial.

Outro ponto a ser questionado nessa mesma dimensão foi o porquê da escolha do curso de Gestão Pública. As respostas mostraram que essa formação foi escolhida por pessoas que já atuam no ramo ou por quem ainda tem interesse de atuar na carreira pública, sendo assim, E1 e E6 afirmaram já trabalhar na área. Já E5 escolheu o curso por ser uma área que lhe desperta interesse.

“E1: Eu escolhi esse curso de gestão pública por já trabalhar na área pública e ser uma área que eu gosto.

E5: Eu escolhi o curso de gestão pública porque a área pública é uma área que sempre me despertou interesse, eu sempre gostei de saber como é que funciona o serviço público.

E6: Dentre os cursos ofertados era o que mais se aproximava da minha área, eu acredito que a atuação na gestão e as noções de gestão eles são válidos para todas as áreas de formação, então eu acho que todo profissional ele tem muito a ganhar com um curso desse. Ainda mais por a gente atuar frequentemente no ramo público mesmo.

Quando questionados sobre serem servidores públicos, notou-se que metade é servidor e a outra metade pretende ser um dia servidor público.

“E3: Sim. Sou assessora financeira de uma escola.

E4: Não sou servidora pública, mas pretendo ser um dia.

E6: Sim, eu sou servidora pública e pretendo continuar sendo, conseguindo passar em outros concursos que se aproximem mais ainda dos meus objetivos.

Percebe-se que a maioria dos entrevistados escolheu o curso de Gestão Pública pela própria experiência no serviço público e garantia de capacitação na área em que atua, como também pela oportunidade de se manter à frente na questão de títulos que podem ser úteis na obtenção de incentivos financeiros para a

permanência no setor. Segundo Weber (1982), “a ocupação em um cargo público é uma profissão” na maioria das vezes de carreira, estável e duradoura. A ideia de profissão é evidenciada pelo nível de exigência dos certames e os pré-requisitos exigidos para posse no cargo (WEBER, 1982).

Para Barros (2016), essa estabilidade exige do indivíduo constante aperfeiçoamento e capacitação para um bom desempenho na carreira, bem como uma boa prestação de serviços à sociedade, pois o conhecimento do profissional não deve ser esgotado na preparação do concurso.

### 4.3 AVALIAÇÃO DO CURSO

Na terceira dimensão, os entrevistados foram questionados em relação à avaliação do curso. Para isso, foi solicitado que eles relatassem quais as dificuldades e facilidades encontradas. Mediante as respostas, de modo geral, constata-se que a educação a distância atende pessoas que são ocupadas, com pouca disponibilidade de horário, sendo essa uma das facilidades relatadas na entrevista. Por outro lado, o tempo gasto na absorção do conhecimento pelos recursos virtuais muitas vezes excede o das aulas presenciais e a falta do professor presencial para possíveis dúvidas foi o ponto crítico citado pela maioria, como pode ser observado nas falas.

“E1: As facilidades como eu já citei lá em cima é a questão de você escolher o seu horário que você quer estudar, aonde você quer estudar. E a dificuldade é essa questão de sanar dúvidas que você não tem o professor presencial ali próximo de você.

E2: Autonomia e direção do próprio tempo, se auto gerir para estudar; comodidade, flexibilidade, encontros apenas uma vez no mês...

E3: Bom assim a facilidade é em relação a gente poder ter se encontrado apenas nos finais de semana e... é...no moodle né! Só que... assim as dificuldades foram muita né... o tempo... é... o moodle demandou muito da gente, eram muitas atividades, eram muitos fóruns, você tinha que ler tudo, é, assim demandou muito, muito mesmo o nosso tempo, é... mas foi ótimo.

Para Maia e Vidal (2017), a modalidade EAD traz um modelo de ensino não mais centrado na figura do professor e “não parte mais do pressuposto de que a aprendizagem só acontece a partir de uma aula realizada com a presença deste e do aluno.” Possui o intuito de formar pessoas com pensamento crítico e ativas, devido ao conhecimento adquirido de forma autônoma e independente. Isso aponta ainda uma dificuldade de adaptação dos alunos em administrar suas dúvidas, seu próprio tempo e suas prioridades.

Além de citar as facilidades e dificuldades, os estudantes foram ainda questionados em relação ao suporte propriamente dito por parte dos professores e tutores, tendo boa parte dos alunos manifestado certa insatisfação diante de alguns ocorridos e algumas omissões. Além disso, citaram que o suporte de Tecnologia da Informação (TI) é bastante presente nas atividades auferidas.

“ E1: Por parte dos professores eu não encontrei tanto suporte, já dos tutores sim. A TI do curso, ela é bem presente, participativa e sempre ajuda.

E3: Com relação é... ao apoio dos tutores né, a Amanda foi bem presente com a gente e tudo. É... a parte dos professores eu achei assim, que ficou um pouco a desejar, porque, dependendo da cadeira, os professores eram bem relapsos, é... alguns nem apareceram no fórum né como a gente sabe que era praticamente o único dia que a gente tinha assim pra ver o que o professor tinha a nos dizer e muitos deles nem apareciam né... (risos) e assim Amanda, a T1 ela foi excelente, tá sendo, até o presente momento ela tá sendo ótima.

E6: Sim, eu encontrei suporte, principalmente por parte da T1 do curso, dos professores, eu acredito que alguns ainda eles precisam se apropriar mais do processo de educação a distância porque ficou algumas fragilidades, mas outros eles conseguiram ofertar esse suporte.

Conforme a logística de organização apresentada pela UAB/UECE, os cursos são estruturados com a presença de um Professor formador, Tutor a distância e Tutor presencial. Quando questionados se os temas abordados, discussões realizadas e atividades solicitadas contribuíram para a construção da aprendizagem, todos os entrevistados acharam que as discussões abordadas contribuíram bastante para o conhecimento de cada um, mencionando um resultado positivo em relação ao conhecimento adquirido e os métodos utilizados.

#### 4.4 ACESSIBILIDADE

Na quarta dimensão, outro ponto tratado na pesquisa foi a questão da acessibilidade. Um dos questionamentos foi se eles consideravam o curso acessível à pessoas com deficiência. Nessa questão, a maioria fala sobre a redução de barreiras de acesso ao curso, devido à ampliação de oferta do mesmo de forma virtual e menor dificuldade de locomoção.

“ E1: Acredito que sim, que essa questão da locomoção facilita muito né, um curso a distância.

E4: O curso pode trazer sim vantagens pra pessoas com deficiência, o próprio deslocamento, o bem estar também...

E6: Eu acredito que sim porque... primeiro, o curso tem ele tem uma base bem teórica a respeito de leis, de direitos, de gestão. Então já favorece esse aporte teórico. Segundo, por ser um curso EAD né, as pessoas que têm deficiência elas têm maior facilidade de fazer o curso, de executar.

Ainda sobre a promoção de acessibilidade, foi questionado se os entrevistados consideravam a modalidade EAD como uma oportunidade de inclusão social. Tendo a maioria concordado que sim, o curso apresentado pelo programa é uma ferramenta de inclusão, principalmente no aspecto de ser gratuita e não fazer distinção de pessoas por aspectos de renda, cor, sexo e ampliando o acesso à diversas localidades.

“ E4: Sim, eu acredito que o curso na modalidade EAD pode ser uma oportunidade de inclusão social, pois a partir daí... é... não há distinção de cor, de raça, de sexo, fazendo com que todas as pessoas independentes de quem sejam elas, têm acesso a esse tipo de serviço que é disponibilizado na modalidade da educação.

E5: Acredito sim que o curso EAD é uma ferramenta de inclusão social, pois tem pessoas que não tem condições de fazer uma especialização, tem vontade mais não consegue e sendo na área, sendo de forma gratuita, facilita e ainda sendo a distância facilita ainda mais porque reduz custos de 'translado' e outras coisa do tipo. Então, melhora sim a ascensão social no meu ponto de vista.

De acordo com a percepção dos alunos, pôde-se concluir que o curso está atendendo o objetivo principal do projeto Universidade Aberta do Brasil, pois o programa UAB foi uma iniciativa criada com a finalidade de ampliar as vagas no ensino público de nível superior, facilitando o acesso através da EAD e apresenta propostas no sentido de atravessar barreiras, levar capacitação gratuita e desenvolvimento tecnológico para as pequenas localidades, garantindo a universalização do ensino superior (BRASIL, 2015).

#### 4.5 PROSPECÇÕES DE FUTURO

Na quinta e última dimensão, os estudantes foram interrogados sobre suas perspectivas de futuro com a conclusão do curso e a maioria pretende continuar no ritmo dos estudos aumentando sempre o conhecimento, como por exemplo, de seguir no serviço público.

“ E4: As perspectivas após a conclusão do curso se dá referente a todo conhecimento que eu adquiri ser aplicado é... em um futuro cargo público que é o meu objetivo. E também em outras oportunidades que vierem é eu poder retratar o que eu aprendi neste curso.

E5: A perspectiva após a conclusão do curso é fazer um mestrado na área de gestão pública ou na área política, alguma coisa que tenha haver com essa especialização porque eu me identifiquei bastante.

E6: Eu pretendo manter a leitura sobre a área, pra que os conhecimentos eles não fiquem... é... digamos assim... ocultos, que eu consiga aplicar um pouco isso, que eu possa ta tornando meu diálogo bem mais politizado e que eu possa principalmente ser multiplicadora das informações que eu aprendi.

Em suma, percebe-se, com a realização da entrevista,



que o curso atende e até supera as expectativas dos alunos de forma positiva, enquanto que afirma a democratização do ensino *lato sensu* através do programa UAB/UECE no interior do Ceará, favorecendo a ampliação do acesso do curso de especialização em Gestão Pública a pessoas de diversas áreas de forma indiscriminada.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo desta pesquisa foi avaliar o processo de democratização do ensino *lato sensu* por meio do programa UAB da Universidade Estadual do Ceará à luz da percepção de alunos de um curso de pós-graduação e, para isso, realizou-se o estudo com a turma de Gestão Pública do polo de Mauriti, CE. Foi possível também identificar algumas características do perfil dos estudantes, suas percepções e perspectivas em relação ao curso.

Em relação ao objetivo principal, foi possível por meio da entrevista aplicada identificar que, na concepção dos estudantes, o curso é uma oportunidade de ampliação do acesso a esse nível de ensino, pois, além de ser gratuito, abarca pessoas de diversas áreas de atuação, bem como não os discrimina quanto à cor, sexo, faixa etária, entre outros aspectos. A partir das respostas obtidas, também foi possível identificar que a modalidade EAD é uma facilitadora no que diz respeito a minimizar as dificuldades de locomoção e principalmente de tempo dos indivíduos que necessitam de uma flexibilização nos horários de estudo.

No que diz respeito à avaliação do curso por parte dos entrevistados, todos avaliaram como positivo e que nada deixa a desejar em relação a um curso presencial. Relataram que os recursos e métodos utilizados contribuíram de forma significativa para o aprendizado e que pretendem continuar na área escolhida a partir da obtenção do certificado. Muitos continuarão no setor público e outros desejam obter êxito em concursos relacionados a área pública.

Alguns estudantes relataram dificuldades quanto à relação com os professores, em que muitos, além da distância, se mantinham ausentes nos momentos de tirar dúvidas e discutir sobre as temáticas abordadas. Entretanto, os tutores supriam de forma eficiente as falhas por eles apresentadas, dando todo suporte necessário, sendo esse o aspecto principal a ser aperfeiçoado a partir dos resultados deste estudo.

O trabalho contribuiu para a afirmação do programa UAB-UECE como política pública de ampliação do ensino superior, *lato sensu*,

gratuito e proporcionou uma avaliação positiva do curso de Gestão Pública na modalidade EAD do polo de Mauriti-CE.

## Referências

ALMEIDA, M. E. B. As teorias principais da andragogia e heutagogia. In: LITTO, F. M.; FORMIGA, M. **Educação à distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Prentice Hall; ABED, 2009.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARREIRO, I. M. F.; TERRIBILI FILHO, A. Educação superior no período noturno no Brasil: políticas, intenções e omissões. **Ensaio: avaliação de política pública da Educação**, v. 15, n. 54, p. 81-102, 2007.

BARROS, A. S. X. Expansão da educação superior no Brasil: limites e possibilidades. **Educação & Sociedade**, v. 36, n. 131, p. 361-390, abr./jun. 2015.

BARROS, S. G. G. G. **Capacitação de servidores públicos municipais: a visão dos egressos do curso de Gestão Pública Municipal (UAB)**. Brasília: IPEA, 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 13 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. **Decreto n.º 2.494, de 10 de fevereiro de 1998**. Regulamenta o Art. 80 da LDB (Lei n.º 9.394/96). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/D2494.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **UAB**, 2015. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/acessoainformacao/perguntas-frequentes/educacao-a-distancia-uab/4144-o-que-e0>. Acesso em: 11 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. PROUNI. **Portal Prouni**. 2018. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br>. Acesso em: 20 jul. 2018.

CÂMARA, R. H. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. **Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 6, n. 2, p. 179-191, 2013.

CASTRO, A. B. C. *et al.* Avaliação de treinamento profissional para trabalhadores do conhecimento: um estudo de caso em uma instituição pública de educação, ciência e tecnologia do Nordeste

do Brasil. **Holos**, v. 4, p. 137-155, 2018.

COELHO, R. C. **Estado, Governo e Mercado**. 3. ed. rev. atual. Florianópolis: UFSC, 2014.

COELHO, A. L. A. L. *et al.* Educação para a sustentabilidade e gestão pública em uma escola estadual na cidade de João Pessoa-PB. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, v. 12, n. 4, p. 23-38, 2018a.

COELHO, A. L. A. L. *et al.* Sustainable Watercolor: Representative Images of the Conception of Sustainability Based on Drawings by Children and Adolescents from João Pessoa. **Rev. Adm. UFSM**, v. 11, Ed. Especial, p. 807-829, 2018b.

CUNHA, L. A. **A universidade temporã: o ensino superior da colônia à era de Vargas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

DANIS, C.; SOLAR, C. **Aprendizagem e desenvolvimento dos adultos**. São Paulo: Piaget, 2001.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Evolução do acesso de jovens à educação superior no Brasil**. Rio de Janeiro: Ipea, 2014.

MAIA, J. E. B.; VIDAL, E. M. **Educação à distância na UECE: uma proposta estratégica para o Ceará do futuro**. 2017. Disponível em: [http://www.uece.br/sate/dmddocuments/texto\\_5\\_ead\\_na\\_uece.pdf](http://www.uece.br/sate/dmddocuments/texto_5_ead_na_uece.pdf), acesso em: 12 jan. 2018.

MANCIBO, D.; VALE, A. A.; MARTINS, T. B. Políticas de expansão da educação superior no Brasil. **Rev. Brasileira de Educação**, v. 20, n. 60, p. 31-50, 2015.

MESQUITA, R. F.; MATOS, F. R. N. A abordagem qualitativa nas ciências administrativas: aspectos históricos, tipologias e perspectivas futuras. **Revista Brasileira de Administração Científica**, v. 5, n. 1, p. 7-22, 2014.

MESQUITA, R. F. *et al.* Proposta metodológica e reflexões sobre o desenvolvimento sustentável e a educação ambiental no ensino médio. **Revista Interdisciplinar**, v. 7, n. 2, p. 165-172, 2014.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

NASCIMENTO, E. D.; ANDRADE, P. M. Fatores que influenciam as atitudes pró-ambientais dos estudantes de negócios. **Competência**, v. 11, n. 1, p. 1-12, 2018.

SALES, T. Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 25, p. 26-37, 1994. Disponível em: [http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_25/rbcs25\\_02.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_25/rbcs25_02.htm). Acesso em: 21 out. 2018.

SANTOS, M. P. G. **O Estado e os problemas contemporâneos**. 3. ed. rev. atual. Florianópolis: UFSC, 2014.

SANTOS, R. S. *et al.* Organizações de aprendizagem: disciplinas para a gestão com pessoas no serviço público. **Holos**, v. 8, p. 205-228, 2017.

SILVA, A. W. P. *et al.* Entrevista com professoras do ensino fundamental I sobre educação para a sustentabilidade. **Revista Lumen**, v. 2, n. 4, 2017.

SOUSA FILHO, J. M. *et al.* Analysis of ecological behavior of business students. **REAd. Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre)**, v. 21, n. 2, p. 300-319, 2015.

TEIXEIRA, M. C. O direito à educação nas Constituições brasileiras. **Revista do Curso de Direito**, v. 5, n. 5, 2008.

VASCONCELOS, C. R. M.; CASTRO, A. B. C.; BRITO, L. M. P. Gestão do conhecimento e inovação. **Pensamento & gestão**, v. 45, p. 97-128, 2018.

WEBER, M. **Ensaio de sociologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.